



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE REQUERIMENTO N ° DE 2011

(Do Sr. Duarte Nogueira)

Requer a realização de Reunião de Audiência Pública, com a presença da Sra. **Karina Valéria Rodrigues** e dos Srs. **Reinaldo Morandi, João Dias Ferreira e Célio Soares Pereira** para esclarecimentos sobre denúncias de desvios de recursos públicos no Ministério do Esporte.

Senhor Presidente,

Requeiro a V Exa., nos termos do art. 50, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 219 e art. 24, IV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam adotadas as providências necessárias para a realização de Reunião de Audiência Pública com os seguintes convidados para esclarecimentos sobre denúncias de desvios de recursos públicos no Ministério do Esporte.

1. **Karina Valéria Rodrigues** - Gerente da ONG Prá Frente Brasil;
2. **Reinaldo Morandi** - Sócio da RNC – empresa de Campinas;
3. **João Dias Ferreira**; e
4. **Célio Soares Pereira**.

JUSTIFICAÇÃO

A Revista VEJA de 16/10/2011, publicou reportagem sob o título “**O ministro recebia o dinheiro na garagem**”:

VEJA

EDIÇÃO N° 2239

“O ministro recebia o dinheiro na garagem”

Militante do PCdoB acusa Orlando Silva de montar esquema de corrupção e receber propina nas dependências do Ministério do Esporte

No ano passado, a polícia de Brasília prendeu cinco pessoas acusadas de desviar dinheiro de um programa criado pelo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

governo federal para incentivar crianças carentes a praticar atividades esportivas. O grupo era acusado de receber recursos do Ministério do Esporte através de organizações não governamentais (ONGs) e embolsar parte do dinheiro. Chamava atenção o fato de um dos principais envolvidos ser militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ex-candidato a deputado e amigo de pessoas influentes e muito próximas a Orlando Silva, o ministro do Esporte. Parecia um acontecimento isolado, uma coincidência. Desde então, casos semelhantes pipocaram em vários estados, quase sempre tendo figuras do PCdoB como protagonistas das irregularidades. Agora, surgem evidências mais sólidas daquilo que os investigadores sempre desconfiaram: funcionava dentro do Ministério do Esporte uma estrutura organizada pelo partido para desviar dinheiro público usando ONGs antigas como fachada. E o mais surpreendente: o ministro Orlando Silva é apontado como mentor e beneficiário do esquema.

Em entrevista a VEJA, o policial militar João Dias Ferreira, um dos militantes presos no ano passado, revela detalhes de como funciona a engrenagem que, calcula-se, pode ter desviado mais de 40 milhões de reais nos últimos oito anos. Dinheiro de impostos dos brasileiros que deveria ser usado para comprar material esportivo e alimentar crianças carentes, mas que acabou no bolso de alguns figurões e no caixa eleitoral do PCdoB. O relato do policial impressiona pela maneira rudimentar como o esquema funcionava. As ONGs, segundo ele, só recebiam os recursos mediante o pagamento de uma taxa previamente negociada que podia chegar a 20% do valor dos convênios. O partido indicava desde os fornecedores até pessoas encarregadas de arrumar notas fiscais frias para justificar despesas fictícias. O militar conta que Orlando Silva chegou a receber, pessoalmente, dentro da garagem do Ministério do Esporte, remessas de dinheiro vivo provenientes da quadrilha: "Por um dos operadores do esquema, eu soube na ocasião que o ministro recebia o dinheiro na garagem" (veja a entrevista abaixo). João Dias dá o nome da pessoa que fez a entrega. Parte desse dinheiro foi usada para pagar despesas da campanha presidencial de 2006.

O programa Segundo Tempo é repleto de boas intenções. Porém, há pelo menos três anos o Ministério Público, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União desconfiam de que exista muita coisa além da ajuda às crianças. Uma das investigações mais completas sobre as fraudes se deu em Brasília. A capital, embora detentora de excelentes indicadores sociais, foi muito bem aquinhoadada com recursos do Segundo Tempo, especialmente quando o responsável pelo programa era um político da cidade, o então ministro do Esporte Agnelo Queiroz, hoje governador do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Distrito Federal. Coincidência? A investigação mostrou que não. A polícia descobriu que o dinheiro repassado para entidades de Brasília seguia para entidades amigas do próprio Agnelo, que por meio de notas fiscais frias apenas fingiam gastar a verba com crianças carentes. Agnelo, pessoalmente, foi acusado de receber dinheiro público desviado por uma ONG parceira. O soldado João Dias, amigo e aliado político de Agnelo, controlava duas delas, que receberam 3 milhões de reais, dos quais dois terços teriam desaparecido, de acordo com o inquérito. Na ocasião, integrantes confessos do esquema concordaram em falar à polícia. Contaram em detalhes como funcionava a engrenagem. O soldado João Dias, porém, manteve-se em silêncio sepulcral – até agora.

Na entrevista, o policial afirma que, na gestão de Agnelo Queiroz no ministério, o Segundo Tempo já funcionava como fonte do caixa dois do PCdoB e que o gerente do esquema era o atual ministro Orlando Silva, então secretário executivo da pasta. Por nota, a assessoria do governador Agnelo disse que as relações entre ele e João Dias se limitaram à convivência partidária, que nem sequer existe mais. VEJA entrevistou também o homem que o policial aponta como o encarregado de entregar dinheiro ao ministro. Trata-se de Célio Soares Pereira, 30 anos, que era uma espécie de faz-tudo, de motorista a mensageiro, do grupo que controlava a arrecadação paralela entre as ONGs agraciadas com os convênios do Segundo Tempo. "Eu dirigia e, quase todo mês, visitava as entidades para fazer as cobranças", contou. Casado, pai de seis filhos, curso superior de direito inconcluso, Célio trabalha atualmente como gerente de uma das unidades da rede de academias de ginástica que o soldado João Dias possui. Célio afirma que, além do episódio em que entregou dinheiro ao próprio Orlando Silva, esteve pelo menos outras quatro vezes na garagem do ministério para levar dinheiro. "Nessas vezes, o dinheiro foi entregue a outras pessoas. Uma delas era o motorista do ministro", disse a VEJA. O relato mais impressionante é de uma cena do fim de 2008. "Eu recolhi o dinheiro com representantes de quatro entidades aqui do Distrito Federal que recebiam verba do Segundo Tempo e entreguei ao ministro, dentro da garagem, numa caixa de papelão. Eram maços de notas de 50 e 100 reais", conta.

Célio afirma que um dirigente do PCdoB, Fredo Ebling, era encarregado de indicar a quem, quando e onde entregar dinheiro. "Ele costumava ir junto nas entregas. No dia em que levei o dinheiro para o ministro, ele não pôde ir. Me ligou e disse que era para eu estar às 4 e meia da tarde no subsolo do ministério e que uma pessoa estaria lá esperando. O ministro estava sentado no banco de trás do carro oficial. Ele abriu o vidro e me cumprimentou. O motorista dele foi quem pegou a caixa com o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

dinheiro e colocou no porta-malas do carro", afirma. Funcionário de carreira do Congresso Nacional, chefe de gabinete da liderança do partido na Câmara dos Deputados, Fredo Ebling é um quadro histórico entre os camaradas comunistas. Integrante da Secretaria de Relações Internacionais do PCdoB nacional, ele foi candidato a senador e a deputado por Brasília. Em 2006, conseguiu um lugar entre os primeiros suplentes e, no final da legislatura passada, chegou a assumir por vinte dias o cargo de deputado federal. João Dias diz que Fredo Ebling era um dos camaradas destacados por Orlando Silva para coordenar a arrecadação entre as entidades. O policial relata um encontro em que Ebling abriu o bagageiro de seu Renault Mégane e lhe mostrou várias pilhas de dinheiro. "Ele disse que ia levar para o ministro", afirma. Ebling nega. "Eu não tinha esse papel", diz. O ex-deputado diz que conhece João Dias, mas não se lembra de Célio.

A lua de mel do policial com o ministério e a cúpula comunista começou a acabar em 2008, quando passaram a surgir denúncias de irregularidades no Segundo Tempo. Ele afirma que o ministério, emparedado pelas suspeitas, o deixou ao léu. "Eu tinha servido aos interesses deles e de repente, quando se viram em situação complicada, resolveram me abandonar. Tinham me prometido que não ia ter nenhum problema com as prestações de contas." O policial diz que chegou a ir fardado ao ministério, mais de uma vez, para cobrar uma solução, sob pena de contar rudo. No auge da confusão, ele se reuniu com o próprio Orlando Silva. "O Orlando me prometeu que ia dar um jeito de solucionar e que tudo ia ficar bem", diz. O ministro, por meio de nota, confirma ter se encontrado com o policial. Diz que o recebeu em audiência, mas nega que soubesse dos desvios ou de cobrança de propina. "É uma imputação falsa, descabida e despropositada. Acionarei judicialmente os caluniadores", afirmou o ministro, em nota.

Em paralelo às investigações oficiais, João Dias respondeu por desvio de conduta na corporação militar. A Polícia Militar de Brasília oficiou ao ministério em busca de informações sobre os convênios. A resposta não foi nada boa para o soldado: dizia que ele estava devendo 2 milhões aos cofres públicos por irregularidades nas prestações de contas. João Dias então subiu o tom das ameaças. Em abril de 2008, quando foi chamado à PM para dar satisfações e tomou conhecimento do ofício, ele procurou pessoalmente o então secretário nacional de Esporte Educacional, Júlio Cesar Filgueira, para tirar satisfação. O encontro foi na secretaria. O próprio João Dias conta o que aconteceu: "Eu fui lá armado e dei umas pancadas nele. Dei várias coronhadas e ainda virei a mesa em cima dele. Eles me traíram". Júlio Filgueira, também filiado ao PCdoB de Orlando



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Silva, era responsável por tocar o programa. A pressão deu certo: o ministério expediu um novo ofício à Polícia Militar amenizando a situação de Dias. O documento pedia que fosse desconsiderado o relatório anterior. A agressão que João Dias diz ter cometido dentro da repartição pública passou em branco. "Eles não tiveram coragem de registrar queixa porque ia expor o esquema", diz o soldado. Indagado por VEJA, o gabinete de Orlando Silva respondeu que "não há registro de qualquer agressão nas dependências do Ministério do Esporte envolvendo estas pessoas". O ex-secretário Júlio Filgueira, que deixou o cargo pouco depois da confusão, confirma ter recebido o policial mas nega que tenha sido agredido. "Ele estava visivelmente irritado, mas essa parte da agressão não existiu", diz. A polícia e o Ministério Público têm uma excelente oportunidade para esclarecer o que se passava no terceiro tempo no Ministério do Esporte. As testemunhas, como se viu, estão prontas para entrar em campo.

"Até 20% a cada liberação"

Em 2010, o soldado João Dias Ferreira foi preso, acusado de participar de um esquema de desvio no Ministério do Esporte. Militante do PCdoB, ele resolveu contar o que sabe sobre as fraudes no programa Segundo Tempo.

O senhor desviou dinheiro?

Não. O que aconteceu foi que duas pessoas do PCdoB me procuraram em 2004 propondo que eu entrasse no programa com as minhas entidades. Disseram que eu receberia verbas do ministério, mas tinha que dar dinheiro ao partido. Eram três condições: tinha que dar até 20% no ato de cada liberação de verba do ministério, contratar fornecedores ligados ao esquema e ainda ajudar a recrutar militantes. Diziam que isso era para fortalecer o partido nas eleições de 2006.

E o senhor aceitou?

Eles disseram que não haveria problemas. Me faltou conhecimento jurídico. Me disseram que eu teria que contratar uma consultoria para que o projeto fosse aprovado. Aceitei, mas depois vi que aquilo era uma máfia. Prometeram que tudo era normal e legal. Quando os órgãos de fiscalização vieram pra cima de mim, me abandonaram. Até fraudaram documentos para dizer que os meus convênios já tinham sido encerrados com medo de sobrar para eles. Entrei sem saber que era tudo uma grande armação.

O senhor deu dinheiro ao esquema?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não. Exigiram pagamento antecipado a um escritório indicado por eles. Foi feito um contrato, de consultoria, que depois eu percebi que era fictício. Mais tarde, atendendo a mais uma exigência, tive que contratar empresas indicadas como fornecedoras de alimentos e material esportivo. As mesmas empresas, ligadas ao próprio PCdoB, aparecem em vários convênios. As notas fiscais, muitas vezes, são frias. Vi que aquilo era um procedimento corriqueiro. Nos convênios, eles põem no papel que vão ser atendidas 5000 crianças, por exemplo, mas atendem 200 ou 500. Muitos convênios nunca tiveram criança nenhuma.

Houve outros pagamentos?

Na eleição de 2006, eu tinha mais de 1 milhão em uma das contas. Era dinheiro que tinha sobrado e estava em trâmite para ser devolvido à União. Me disseram que estavam precisando daquele dinheiro para botar na campanha. Eu autorizei meu coordenador-geral a tratar disso direto com o pessoal do ministério, desde que eles ficassem responsáveis. Foram feitas as transferências para as empresas que o partido indicou. O valor foi sacado e entregue ao esquema. Depois vi que era uma grande simulação. O Orlando usou esse dinheiro para pagar uma gráfica que fez adesivos da campanha do Lula em Brasília. Ele queria agradar ao Lula para continuar ministro no segundo mandato.

Quem eram as pessoas que cuidavam desse esquema?

Desde o começo, quem controlava tudo pelo partido era o Orlando Silva, que era secretário executivo do ministério. O PCdoB indicava representantes para atuar junto às entidades recolhendo a parte que cabia ao partido. Esses representantes se reportavam diretamente ao Orlando. Por um dos operadores do esquema, eu soube na ocasião que o ministro recebia dinheiro na garagem.”

O Programa Fantástico divulgou a seguinte reportagem em sua edição de 16/10/2011:

“ONG de ex-atleta é suspeita de desviar verba do Ministério do Esporte

Fantástico – Rede Globo – 16/10/2011

A ONG é suspeita de usar empresas de fachada para desviar dinheiro público. A reportagem é de Mauricio Ferraz e Bruno Tavares.

Nossos repórteres investigaram durante um mês denúncias contra a ONG “Pra frente Brasil”, que atua no interior de São Paulo.

A ONG é suspeita de usar empresas de fachada para desviar dinheiro público. A reportagem é de Mauricio Ferraz e Bruno



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tavares.

Esta é Karina Valéria Rodrigues nos anos 90. Na época, ganhou fama e se tornou uma supercampeã do basquete.

Hoje, existem suspeitas de que a ex-jogadora - que nasceu na Argentina e se naturalizou brasileira - esteja envolvida num desvio milionário de dinheiro público.

Karina mora em Jaguariúna, interior de São Paulo. Em 2003, ela criou na cidade a organização não governamental “Bola Pra Frente”, com o objetivo de levar esporte para crianças e adolescentes carentes. Em 2008, se elegeu vereadora pelo PC do B. E este ano, na Câmara de Jaguariúna, deixou bem claro que manda na ONG. “Eu, na minha entidade, eu sei tudo o que acontece. E sou responsável por tudo o que acontece”, declarou.

A ONG - que hoje se chama “Pra Frente Brasil” - atua em 17 municípios do estado de São Paulo. Entre as atividades oferecidas, está o programa “Segundo Tempo”, do Ministério do Esporte. Considerado estratégico pelo governo federal, esse programa começou em 2003, com o objetivo de democratizar o acesso ao esporte. R\$ 750 milhões já foram repassados para prefeituras, estados e organizações não governamentais.

Só a entidade da ex-jogadora Karina recebeu cerca de R\$28 milhões nos últimos seis anos.

É a ONG que mais ganhou dinheiro do Ministério do Esporte. Parte dessa verba seria usada na compra de lanches. A principal fornecedora de lanches para a entidade é a empresa RNC, de Campinas.

Um dos sócios da RNC é Reinaldo Morandi, que diz ser assessor de Karina. A empresa de Reinaldo foi contratada pela ONG “Pra Frente Brasil” e recebeu mais de R\$10 milhões, entre 2007 e 2010. Mas ele não quer conversa.

Nosso produtor encontra Reinaldo, conhecido como Urso, na Câmara dos Vereadores de Jaguariúna. Desta vez, com uma câmera escondida:

- Você é aqui da cidade?
- Eu sou. Trabalho com a Karina.
- Ah, você trabalha com ela?
- Ela é do PCdoB.
- O que você faz com ela?
- Sou assessor dela. Eu trabalho com ela, diretamente.
- Você trabalha com ela há muitos anos, Reinaldo?
- Deve fazer vinte anos.

O maior contrato entre a RNC, de Reinaldo, e a ONG “Pra Frente Brasil”, da ex-jogadora Karina foi assinado em janeiro de 2010. A



CÂMARA DOS DEPUTADOS

empresa recebeu R\$4.477.032,00 para fornecer kits lanches por 21 meses.

O Ministério do Esporte não exige concorrência pública. Mas determina que as ONGs façam - no mínimo - uma cotação prévia de preços e observem os princípios da moralidade, economicidade e impessoalidade.

O promotor de Justiça José Tadeu Baglio - do grupo de combate ao crime organizado - diz que a contratação da RNC é irregular. E explica o que é impessoalidade.

“O princípio da impessoalidade significa, grosso modo, que você não pode contratar uma empresa baseado na pessoa que está por trás dessa pessoa jurídica”, explica o promotor.

Ou seja, os dirigentes das ONGs não podem contratar empresas de pessoas próximas, por exemplo, parentes ou amigos.

Voltamos a procurar Reinaldo. Dessa vez, ele nega sua ligação com Karina.

- O senhor é funcionário da Karina? O senhor é funcionário dela ou não? O senhor não quer gravar entrevista por quê? O senhor só responde se é funcionário dela, por favor.

Para o Ministério Público, há indícios de que a RNC, de Reinaldo, é uma empresa de fachada.

“Surge uma figura que é bastante popular hoje, que é a figura do laranja, que é colocado na direção da empresa para fins de prática de ilícito pena, quando, na realidade, quem administra é outra pessoa”, esclarece o promotor.

A mesma suspeita - de ser uma empresa de fachada e de ter sido contratada sem obedecer ao princípio da impessoalidade - recai sobre a “Esporte e Ação”.

Entre 2007 e 2010, a “Esporte e Ação” recebeu da ONG da ex-jogadora Karina R\$1.290.000,00, para fornecer material esportivo.

No papel, a dona da empresa é Cleide do Nascimento Villalva. Essa família tem mais uma firma que fechou contratos com a ONG “Pra Frente Brasil” da ex-jogadora Karina. Chama-se Marcelo Villalva (E.P.P).

Entre 2007 e 2010, a empresa Marcelo Villava E.P.P. recebeu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

R\$2.740.000,00 para fornecer materiais esportivos e lanches.

Marcelo e Cleide são casados. Com as duas empresas, receberam mais de R\$ 4milhões.

A antiga sede da “Esporte e Ação” fica numa casa, na cidade de Pedreira. Na casa, vivem os pais de Marcelo Villalva.

- Eles nunca ganharam licitação de 4 milhões de reais?*
- Estamos na pindura desgraçada. Eu não sei mesmo de onde saia dinheiro. Eu não tenho nada. Marcelo não tem nada.*
- Nada?*
- Nada. Ele tem uma casinha popular, como a minha.*

Antes das empresas de Marcelo e Cleide ganharem os contratos, entre 2004 e 2007, três membros da família Villava apareciam como dirigentes da ONG da ex-jogadora Karina: a mãe de Marcelo, dona Vilma; e duas irmãs dele, Luciana e Lucélia.

Vilma Villava - Um dia, o Marcelo veio aqui, falou que era pra tirar tudo do nome da gente dai. Ai, tirou tudo os nomes.

Fantástico - E ele explicou por quê?

Vilma Villava - Não.

Fomos até a casa de Marcelo e Cleide. Pelo endereço da rua, cep, cidade, na casa deveriam funcionar duas empresas que, juntas, receberam da ONG, mais de R\$4 milhões. Marcelo diz que está tudo dentro da lei.

Marcelo Villalva- Participamos da licitação. Uma licitação inclusive presencial, tudo certinho.

Fantástico - Pra quem foi o dinheiro?

Marcelo - Hã?

Fantástico - O dinheiro foi pra onde?

Marcelo - Ai, eu já não sei. Eu recebi, eu entreguei. O que eu recebi, eu entreguei.

Fantástico - Mas se você recebeu, você lucrou. Não sobrou nada pra você?

Marcelo - Sobrou alguma coisinha ai. Melhorar minha casa, comprar um carro. Coisinha pouca.

Fantástico - É muito dinheiro, Marcelo.

Marcelo - Não é R\$4 milhões assim. Não é R\$4 milhões que sobrou. R\$ 4 milhões que eu tive que comprar.

A ex-jogadora Karina - que ocupa hoje o cargo de gerente da ONG “Pra Frente Brasil” - também disse que a ONG seguiu a lei e negou que as empresas contratadas sejam de fachada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Uma empresa que preencheu alvará, todas as certidões. Cumpriu todos os requisitos que ganhe, independente de quem seja”, diz Karina Valéria Rodrigues, gerente da ONG.

Karina também negou que Reinaldo Morandi, o dono da empresa - que recebeu mais de R\$10 milhões para fornecer lanches seja seu assessor.

Karina - Converso muito com ele. Me assessora em algumas questões, de outros negócios e investimentos que eu gosto, mas nunca foi funcionário dessa entidade.

Fantástico - Nem da senhora?

Karina - Não. Eu só tenho no meu nome apenas minhas duas empregadas.

O advogado da ONG pede a Reinaldo Morandi, o assessor conhecido como Urso, que fale com nossa equipe.

Só depois disso, ele nos atende.

Fantástico - A Karina, ela que toma conta da loja do senhor? Do comércio do senhor?

Reinaldo - Jamais.

Fantástico - O senhor não trabalhou nem trabalhava diretamente com a Karina?

Reinaldo - Não. Com a Karina, não.

Fantástico - Nem foi assessor dela.

Reinaldo - Não. Eu fui assessor do prefeito de Jaguariúna.

Mas não foi isso que ele disse quando foi gravado por nossa câmera escondida

Fantástico - O que você faz com ela?

Reinaldo - Sou assessor dela. Eu trabalho com ela, diretamente.

Existe também uma ligação suspeita entre a ONG e uma outra empresa.

Karina usa um carro que está em nome da “SPL - promoções e eventos”.

O dono é Regivaldo Silva, que entre 2007 e 2010, participou da entidade da ex-jogadora.

Karina - Qual é o problema de ter o carro de uma empresa, uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

empresa que nunca prestou serviço pra ONG.

Regivaldo Silva - Eu vendi o carro pra ela.

Fantástico - E ela não passou pra nome dela ainda?

Regivaldo Silva - Ainda não.

Para o Ministério Público, há indícios de que Regivaldo Silva seja mais um laranja do esquema.

Nossa equipe o encontrou trabalhando não na firma dele, mas na RNC - a que recebeu mais de R\$10 milhões em contratos com a ONG.

Regivaldo da Silva - Eu faço um trabalho aqui, um bico, na verdade, não sou um funcionário.

Fantástico - Nunca foi ou já foi?

Regivaldo da Silva - Já fui.

“Aponta efetivamente uma irregularidade nessa situação. É descabido isso. Uma empresa que utiliza mão de obra da ONG que a contratou”, José Tadeu Baglio, promotor.

Agora, vamos ver como a ONG “Pra Frente Brasil” usa o dinheiro repassado pelo Ministério do Esporte.

Pelo convênio, a entidade precisa atender a 18 mil crianças e adolescentes. Em Iracemápolis, interior paulista, deveriam participar das atividades da ONG 300 alunos por dia.

Em 7 de outubro, contamos 146 - menos da metade. E não vimos os professores fazendo a chamada.

“A gente vai tomar as medidas necessárias pra que isso não aconteça. Essa é uma responsabilidade que o professor tem, estipulada em contrato de trabalho e uma função que ele tem que fazer”, diz Karina, gerente da ONG.

O Ministério do Esporte determina que as prefeituras também dêem uma ajuda financeira para manter o projeto. Iracemápolis pagou ano passado R\$70 mil pra ONG.

O valor é fixo, sem levar em conta quantas crianças são ou não atendidas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Eu poderia te dizer que existe uma negligencia. Eu não sei se pode ser chamado dessa maneira. Mas o programa todo da ONG, ele é pra ser atendido 600 crianças”, Enyo Correa, secretario de Esportes de Iracemapolis.

Karina - a gerente da ONG - diz que as faltas são compensadas.

“Nós fazemos uma vez por mês um evento proporcional sempre a 5, 6, 7 vezes às crianças que faltaram para aproveitar os seus lanches e ter essas atividades no município”, explica Karina.

A ex-jogadora Karina abriu a sede da ONG para nossa equipe. Mostrou documentos e o estoque da entidade. Disse que é a ONG “Pra Frente Brasil” é fiscalizada constantemente, que nunca foram encontradas irregularidades e que duas investigações já foram arquivadas.

“Nós gostamos e queremos ser fiscalizados porque isso nos diferencia de outras entidades e nos permite crescer com qualidade cada vez mais”, diz Karina.

O Ministro do Esporte é do mesmo partido de Karina, o PCdoB. Em agosto, Orlando Silva esteve na inauguração do programa “Segundo Tempo”, no Guarujá, mantido pela ONG “Pra Frente Brasil”.

“Haverá um repasse de R\$850 mil da parte do governo federal”, afirmou Orlando Silva, Ministro do Esporte no dia 22/08/2011. Hoje à tarde, em São Paulo, em entrevista ao Fantástico, o ministro reconheceu que pode ter havido falha na fiscalização da ONG “Pra Frente Brasil”. “Falha sempre é possível que haja, nosso papel, nossa missão é corrigi-las, me comprometo contigo a voltar a examinar, mais uma vez, os relatórios de comprometimento de objeto, das atividades que eles desenvolveram. Se não atende o número de crianças beneficiadas, pactuadas no convênio, nós exigimos a devolução daquela cota-parte que não foi atingida. Nós vamos investigar, apurar, checar todos os dados e responsáveis identificados serão, seguramente, punidos”, disse Orlando Silva, ministro do Esporte.

Este fim de semana, a revista Veja publicou acusações contra o ministro Orlando Silva, segundo reportagem, o PCdoB teria desviado dinheiro do programa Segundo Tempo, usando ONGs como fachada. Orlando Silva foi apontado como mentor e beneficiário desse esquema.

O policial João Dias Ferreira - que foi militante do PCdoB - disse à Veja que as ONGs só recebiam recursos se houvesse o pagamento de uma taxa de até 20% do valor dos convênios.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O PCdoB, ainda segundo a denúncia, indicaria também os fornecedores e as pessoas encarregadas de conseguir notas fiscais frias.

O motorista Célio Soares Pereira contou à Veja que entregava dinheiro pessoalmente a Orlando Silva na garagem do ministério. Em oito anos, o esquema teria desviado R\$40 milhões.

“Eu afirmo, não há e não haverá nenhuma prova, porque nunca houve nenhum tipo de relação com essas pessoas. Eu vou mover, inclusive, uma ação penal por calúnia contra os dois. Porque eu tenho certeza que a justiça será feita. Eu vou defender e resgatar a minha honra. Nós também nos colocamos à disposição de ir ao Congresso Nacional, porque ninguém tem mais interesse em deixar claro que não tem nenhuma veracidade nesta matéria do que eu”, declarou Orlando Silva, Ministro do Esporte.

O Ministério do Esporte informou que os convênios com as ONGs que participam do programa segundo tempo não serão renovados. Quanto às denúncias mostradas pelo Fantástico, o grupo do Ministério Público que combate o crime organizado em São Paulo encaminhou todas as informações para a Procuradoria da República, já que se trata de verba federal.

“Se você não tiver controle bastante rígido dessa frequência desses jovens, você não tem como verificar se efetivamente esse serviço está sendo prestado”, afirma o promotor.

Por essas razões, julgamos de fundamental importância a realização da reunião proposta, no exercício de nossas atribuições constitucionais.

Sala da Comissão, 18 de outubro de 2011.

Deputado **DUARTE NOGUEIRA**
PSDB/SP